

ACTA
DA
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município.

Data: 10/12/1998.

Iniciada às 16H15 e encerrada às 20H20.

Aprovada em 04/01/1999.



Ordem do Dia:

1. CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA:

- a) Plano de Actividades e Orçamento para 1999;
- b) Regulamento de Execução Orçamental da Câmara Municipal de Coimbra para 1999;
- c) Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia para 1999.

2. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA:

- a) Plano de Actividades e Orçamento para 1999;
- b) Tarifário.

3. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE COIMBRA:

- a) Plano de Actividades e Orçamento para 1999;
- b) Tarifário.

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente: Manuel Augusto Soares Machado
Vereadores: Henrique José Lopes Fernandes
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Jorge Manuel Monteiro Lemos
João António Faustino da Silva
Luis Malheiro Vilar
José Francisco Pereira Rodeiro
José António da Silva Ferreira Ribeiro
João Oliveira Torres Parda
Cassiano Rodrigues Pedro Afonso
Jorge Filipe de Gouveia Monteiro



A reunião foi presidida pelo Sr. Manuel Augusto Soares Machado, Presidente da Câmara Municipal e Secretariada por Manuel Gilberto Mendes Lopes, Director do Departamento de Administração Geral.



O Sr. Presidente deu início à reunião informando que uma vez que os documentos relativos aos Planos de Actividades e Orçamentos e aos Tarifários dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Coimbra e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, só agora serão distribuídos, a análise dos mesmos será feita na próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no próximo dia 14 de Dezembro. Mais informou que estes documentos não puderam ser distribuídos com maior antecedência, já que os mesmos dependiam de decisões prévias da Câmara Municipal de Coimbra.

Seguidamente o Sr. Presidente apresentou o documento que se transcreve:

“A proposta de Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal que se apresenta foi elaborada, tendo em conta a metodologia estabelecida no meu Despacho n.º 665/98 de 2 de Julho, e tendo em atenção um conjunto de os pressupostos que a seguir se referem. De igual modo houve na sua elaboração uma firme orientação no sentido de continuar a garantir a situação financeira equilibrada do Município.

Em termos genéricos estende-se sublinhar o seguinte:

1. Orçamento da Câmara é de 15,405 milhões de contos.

(O Orçamento Global do Município é de 22,322 milhões de contos sendo: 15,405 milhões CMC + 4,303 milhões SMASC + 2,614 milhões SMTUC)

2. Plano de Actividades da Câmara: 13,535 milhões de contos:

Promoção da Educação: 694.835 contos (5,13%)

Promoção e Dinamização Cult., Desp., Tempos Livres: 902.860 contos (6,72%)

Valorização da Qualidade Ambiental: 5.583.061 contos (41,25%)

Desenvolvimento Sócio Económico: 4.066.900 contos (30,05%)

Promoção da Solidariedade e Qualidade de Vida: 2.280.380 (16,85%)

3. Pressupostos considerados na elaboração do Plano de Actividades:

3.1. Continuidade.

Trata-se do 2º PA do actual mandato, havendo consequentemente de dar continuidade às obras e acções iniciadas no primeiro ano;

3.2. Conhecimento da realidade.

Teve-se em conta o conhecimento da realidade com a consciência de que há uma permanente evolução social, económica, cultural e política que deve merecer a devida atenção;

3.3. Audição das Juntas de Freguesia.

Foram ouvidas todas as Juntas de Freguesia quer em reuniões específicas quer no contacto permanente da Divisão Técnica destinada ao seu apoio;

3.4. Audição genérica e informal dos cidadãos.

Foram considerados os contributos transmitidos das mais diversas formas (contactos pessoais, artigos na comunicação social, comunicações diversas por exp: linha verde, etc.)

3.5. Contactos com a Universidade, Associações e Instituições diversas.

Trabalho, quotidiano, de contacto com as mais diversas instituições e associações levou à consideração e integração em Plano de variadas acções;

3.6. Diálogo com o Governo.

Houve um permanente contacto e diálogo com o Governo tendo em vista a realização de importantes obras e iniciativas em Coimbra de forma conjugada e articulada e que se reflectem no PA;

3.7. Programa Eleitoral apresentado aos cidadãos nas eleições autárquicas.

Respeito pelos princípios e regras democráticas;

3.8. Visão estratégica.

Consciência da importância e do papel de Coimbra no contexto Local, Regional e Nacional.

4. Alguns aspectos concretos a sublinhar:

4.1. Os principais aumentos, relativamente a 1998, em valores absolutos e percentuais verificam-se nos grandes objectivos de: Promoção da Educação (+243.124 contos, passando a percentagem, em relação ao valor total de 3,18% para 5,13%); Promoção e Dinamização da Cultura, Desporto e Tempos Livres (+ 90.967 contos, passando a percentagem de 5,76% para 6,72% do valor total). A Valorização da Qualidade Ambiental cresce igualmente em termos percentuais de 40,22 % para 41,25%.

4.2. A importância dada às Comemorações dos 25 anos do 25 de Abril; a realização de uma grande Festa Passagem de Ano, para assinalar a entrada no ano 2.000; a atenção ao Processo de Candidatura ao EURO 2004; o forte investimento na Promoção da Educação numa perspectiva de trabalho conjugado com o Governo e Juntas de Freguesia; a reabilitação do Centro Histórico com iniciativas a diversos níveis e com o alargamento da área a considerar; a aposta nos transportes públicos garantindo preços sociais; a forte aposta na modernização

e desburocratização dos Serviços; continuação dos grandes projectos como a Ponte Europa, o Parque Verde do Mondego, Centro de Congressos, Parque Temático das Ciências da Vida; etc.

4.3. Tratando-se do primeiro ano de aplicação da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 42/98 de 6 de Agosto) desconhece-se, com exactidão a verba que vai ser transferida do Orçamento de Estado quer para esta autarquia quer para as Juntas de Freguesia, contudo continua-se e acentua-se o esforço de cooperação com estas, aumentando significativamente o valor das verbas a transferir, verbas exclusivas dos cofres do Município e que por isso nada têm a ver com as verbas que irão ser recebidas directamente pelas Freguesias do Orçamento do Estado, e que se cifram no valor total de 324.330 contos, isto é um aumento de 59.730 contos a que corresponde um aumento percentual de 22,57%. Nestas verbas está considerado um subsídio especial para Apoio ao Funcionamento e a Actividades Sociais a realizar pelas freguesias e a afectação de verbas específicas destinadas à: Gestão, conservação, e reparação de Creches, Jardins de Infância e Escolas Pré-Primárias e Primárias.

5. No que se refere ao Orçamento da Câmara, que é de 15.405.441 milhões de contos, importa referir que há um crescimento, em relação ao ano anterior, de 6,25%, sendo o peso das receitas correntes é de 43,17%, das despesas correntes 42,26%, das receitas de capital 56,83% e das despesas de capital de 57,74%, o significa o financiamento do investimento por receitas correntes, facto que se impõe sublinhar.”

Posteriormente o Sr. Vereador João Silva efectuou uma intervenção de carácter global acerca da proposta de Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal para 1999, apresentada pelo Sr. Presidente, referindo que ambos os documentos se articulam entre si e se conjugam por um lado as propostas que se pretendem realizar em 1999, que vem do ano anterior e outras que serão iniciadas e que se prolongarão pelos anos subsequentes, onde se prevêem os meios financeiros inerentes à sua realização. Disse ainda que se procurou que o equilíbrio e a visão da Câmara Municipal de Coimbra, como um entidade de bem que assume os seus compromissos, são dois pontos de partida essenciais e por isso pretende-se que o exercício que se irá fazer em 1999 à semelhança dos anos anteriores, seja um exercício autárquico correcto, responsável em que não existam perturbações de natureza financeira ou funcional em relação às actividades que se propõem fazer.

O Sr. Vereador Francisco Rodeiro interveio e em nome dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata leu também um documento, que denominou “Análise e Apreciação da Proposta do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra para 1999”, no qual ressaltam fundamentalmente dois princípios elementares, que se traduzem numa descida acentuada das verbas a definir na dotação do ano e numa linha de continuidade e de linearidade em relação aos planos anteriores, o que demonstra o esgotamento da capacidade de gestão e de inovação por parte do Executivo Municipal. Para além dos aspectos negativos que mencionou, também se reportou a algumas novidades que considerou dignas de registo, embora “muito pouco para o Município de Coimbra”, uma vez que o Executivo Municipal desde há muitos anos que vem prometendo elevadas realizações e impressionantes investimentos, pelo que considera as mesmas como que uma fraude em termos políticos. Finalmente apresentou algumas propostas que gostaria de ver consagradas no Plano de Actividades para 1999.

Este documento, por proposta do próprio Sr. Vereador Francisco Rodeiro, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.

Relativamente ao documento apresentado pelo Sr. Vereador Francisco Rodeiro, o Sr. Presidente declarou que a intervenção feita pela bancada do Partido Social Democrata, escrita, certamente ponderada, ao utilizar expressões como fraude política, baixa o nível do debate de forma inaceitável, facto que rejeita liminarmente e porque nunca foi nem nunca aceitou ser conivente com fraudes, nem sequer políticas.

O Sr. Vereador João Pardal a propósito da fraude política mencionada no documento apresentado em nome da bancada do Partido Social Democrata é da opinião de que só há duas maneiras de fazer política, ou com linguagem ou através de actos, da mesma forma que existem duas maneiras de fazer vereação que se traduzem na de gabinete e na de terreno, sendo esta última praticada pelos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata e que deu origem aquele documento que resultou da visita dos mesmos a algumas Juntas de Freguesia.

O Sr. Vereador Gouveia Monteiro pretendeu saber se as dezenas de propostas que apresentou ao Sr. Presidente no final da reunião da Câmara Municipal realizada em 21 de Setembro de 1998, tinham tido acolhimento, na elaboração da proposta da Câmara Municipal. Quer o Sr. Presidente quer os Srs. Vereadores em regime de permanência, (no que toca às respectivas áreas de intervenção), declararam que muitas das propostas apresentadas pelo Sr. Vereador Gouveia Monteiro, tiveram acolhimento, muito embora nalguns casos com dotações diferentes ou até sob outras designações.

O Sr. Vereador Gouveia Monteiro para perceber melhor a razão daquelas opções seleccionou seis questões estratégicas, sendo a primeira relativa ao problema do não financiamento assegurado para a transferência para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra; a segunda sobre o planeamento urbanístico e a ausência de planos de pormenor quer para os cinco centros urbanos estratégicos, quer para as zonas “sensíveis”,

para onde estão previstos grandes investimentos em infra-estruturas viárias; a terceira a da opção pelo apetrechamento dos espaços municipais, especialmente visível ao nível da cultura e do desporto e do contraste que considerou excessivo com a falta de apoio às instalações e equipamentos das associações que produzem essa cultura e essa prática desportiva; a quarta acerca da mobilidade na Cidade de Coimbra, da continuação da prioridade ao automóvel individual ou, ao invés, aos transportes colectivos de qualidade; a quinta no que respeita à intervenção (ou não) da Câmara Municipal na oferta e no preço do solo urbano, através da colocação no mercado de terrenos infra-estruturais; e, último a questão do da separação a montante da recolha e do destino final dos resíduos urbanos. O Sr. Vereador Gouveia Monteiro insistiu ainda nas propostas que apresentou e que não tiveram acolhimento pela Câmara Municipal de Coimbra no Plano de Actividades e Orçamento de 1999 que foram: a grande reparação da escola primária de S. Paulo de Frades; o recinto desportivo do Loreto; obras de recuperação do Coimbra Clube; o espaço comum para as pessoas portadoras de deficiência; a estrada dos Palheiros para as Carvalhosas; o cemitério, bem como a pavimentação de algumas estradas de Souselas; a sede da Junta de Freguesia do Ameal e as estradas na Freguesia do Ameal.

O Sr. Vereador João Silva deu resposta a algumas questões colocadas pelo Sr. Vereador Gouveia Monteiro, entre elas o financiamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra. No que respeita aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra, afirmou que as obras inscritas no Plano de Actividades são para fazer e que para isso é necessário assegurar fontes de financiamento. Relativamente aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, houve um aumento significativo no que respeita ao subsídio de exploração, o que se traduz num suporte dos custos sociais, que é uma das condições para que os transportes colectivos sejam utilizados. No que respeita aos equipamentos desportivos, considera que o problema grave deste Município, como dos outros, é se debater com uma imensidão de equipamentos semi-desportivos, semi-construídos, semi-utilizados, semi-vocacionados para os desportos. A grande preocupação deste Executivo é transformar alguns destes equipamentos em equipamentos desportivos com condições.

A Sr.^a Vereadora Teresa Portugal criticou o tom discursivo e retórico dos vereadores do Partido Social Democrata e a linguagem por eles utilizada. Pelo conjunto de questões a que pode responder, nas áreas por que é responsável, disse que a edição do balanço do século está prevista, sendo que no Plano de Actividades para 1999 está também prevista essa continuidade dessas sessões e por isso, fará mais sentido a sua publicação no seu tempo mais oportuno. Relativamente ao Sr. Vereador Gouveia Monteiro, entendeu o seu conjunto de sugestões como um somatório de propostas casuísticas e que tiveram, no entanto, um acolhimento substancial na proposta da Câmara Municipal de Coimbra.

O Sr. Presidente disse que o Plano de Actividades não é elaborado com preconceitos partidários e a formulação de propostas tem que ter uma circunstanciada ponderação, exemplificando com algumas freguesias que estão sujeitas a uma intervenção profunda de instalação da rede de saneamento, que no âmbito da empreitada estão incluídas as pavimentações. Quanto à sede da Junta de Freguesia do Ameal, informou que está prevista a sua construção na Urbanização da Quinta do Conde, já aprovada pela Câmara Municipal de Coimbra, mas existem formalidades que tem que ser cumpridas. O cemitério de Souselas, tem uma dotação global e tem que ser equacionado de uma maneira muito firme em conjunto com todas as Juntas de freguesias que têm cemitérios para não haver uma gestão casuística, diferente e desordenada.

Na opinião do Sr. Vereador Luís Vilar, relativamente à extensão do documento apresentado pelos Vereadores do Partido Social Democrata, existe uma vertente política de âmbito nacional, concelhio e local naquela intervenção, para além de que as propostas apresentadas não coincidem com as que foram feitas pelos Presidentes de Junta. Deu também algumas respostas às propostas feitas pelo Sr. Vereador Gouveia Monteiro, no que respeita à sua área de intervenção, nomeadamente acerca de alguns assuntos já resolvidos, como a despoluição da Ribeira de Reveses e a monitorização para verificar os impactos no aterro, bem como outros que estão a decorrer como é o caso da triagem ou reciclagem, dos ecopontos e da compostagem.

O Sr. Vereador Jorge Lemos reafirmou que as propostas apresentadas pelo Sr. Vereador Gouveia Monteiro estão contempladas na proposta da Câmara Municipal de Coimbra e que o apoio ao associativismo desportivo é muito forte e significativo, estando já cumprida a promessa de cada freguesia ter o seu polivalente descoberto. O Sr. Vereador João Pardal fez um alerta para este assunto, pois a maioria dos polivalentes não reúnem as condições necessárias. Relativamente às propostas dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, não se pode pronunciar sobre elas, uma vez que foram apresentadas tardiamente.

O Sr. Vereador Henrique Fernandes, respondeu ao Sr. Vereador Gouveia Monteiro nos assuntos inerentes à sua área de intervenção, afirmando que ainda está em curso um empreendimento de habitação social na Conchada, não fazendo sentido fazer habitação social só por fazer. Não sendo, por isso, uma questão de timidez, mas sim

uma linha coerente de actuação. Quanto à empresa pública para a gestão do parque habitacional, a lei é recente e ainda não é líquido que essa seja uma boa solução, já que a componente social, do comportamento, do relacionamento e da integração, são fundamentais na gestão daquele parque habitacional da Câmara Municipal de Coimbra .

O Sr. Vereador José Ribeiro questionou a Câmara Municipal de Coimbra se não é seu objectivo a recuperação de habitação destinada a jovens na alta da cidade, visto que foi retirada a verba do Plano de Actividades. Gostaria também de ser esclarecido de qual é o plano existente em matéria de geminações. Relativamente à atribuição de subsídios a instituições de infância, juventude e deficientes, acha insuficiente a verba prevista de duzentos mil escudos. A nível da promoção turística, gostaria de saber o que significam os suportes multimédia e o que é que se pretende com a verba atribuída. O Sr. Vereador João Silva respondeu que Coimbra tem um turismo intensíssimo e aposta-se no Centro de Congressos como uma questão importante até em termos de desenvolvimento económico. No que respeita a subsídios para geminações, os custos e o financiamento da autarquia têm sobretudo reflexo em muitas áreas através do que corresponde a custos do pessoal, são rubricas para casos elementares. A questão da habitação jovem levantou alguns problemas técnicos no ano passado por razões dos programas que existiam, de recuperação das casas e isso foi motivo de perturbação eventualmente inibidor de que esses programas pudessem ser utilizados para outras coisas. É, por isso, uma ténue tapada de um problema, sobre o qual há vontade de se resolver, mas que naquele momento era perturbador.

No final da reunião ficou assente que a Ordem do Dia da mesma, que se encontra acima transcrita, deverá constar da agenda da próxima reunião ordinária da Câmara Municipal.

E sendo vinte horas e vinte minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Câmara Municipal para posterior aprovação e assinatura.